

EDIÇÃO E ESTUDO TOPONÍMICO DO ‘AUTO DE INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS’ (1775)

Eliabe dos Santos Procópio¹
Sandro Marcio Drumond Alves Marengo²

Resumo: Este artigo objetiva apresentar a edição filológica e o estudo toponímico do “Auto de Inquirição de Testemunhas”, escrito em 1775, pelo coronel Joaquim Tinoco Valente. Para tanto, discute o processo de transplantação linguística do português para o extremo norte amazônico e defende o desenvolvimento de uma filologia amazônica, dedicada ao tratamento de fontes documentais da região e orientada pelos pressupostos dos contatos linguísticos. Como resultado preliminar, apresenta a edição interpretativa do “Auto” e sua descrição filológica, e a proposta de um modelo de ficha lexicográfico-toponímica, que servirá de base para um futuro glossário histórico da toponímia roraimense, ademais do próprio levantamento toponímico.

Palavras-chave: Toponímia; Filologia Amazônica; Transplante Linguístico; Roraima.

Edition and toponymic study of ‘Auto de Inquirição de Testemunhas’ (1775)

Abstract: This article aims to present the philological edition and the toponymic study of the “Auto de Inquirição de Testemunhas”, written in 1775, by colonel Joaquim Tinoco Valente. To this end, it discusses the process of linguistic transplantation from Portuguese to the extreme north of the Amazon and defends the development of an Amazonian philology, dedicated to the treatment of documentary sources from the region and guided by the assumptions of linguistic contacts. As a preliminary result, it presents the interpretative edition of “Auto” and its philological description, and the proposal for a lexicographic-toponymic record model, which will serve as the basis for a future historical glossary of Roraima toponymy, in addition to the toponymic survey itself.

Keywords: Toponymy; Amazonian Philology; Language Transplant; Roraima.

¹ Universidade Federal de Sergipe. E-mail: eliabeprocopio@academico.ufs.br

² Universidade Federal de Sergipe. E-mail: smda@academico.ufs.br

TRANSPLANTAÇÃO DO PORTUGUÊS NO NORTE AMAZÔNICO

A agenda de pesquisa linguística roraimense tem um tópico necessário à compreensão da formação social, que é o estudo da transplantação do português neste extremo norte amazônico, onde a língua foi implantada e consolidada tardiamente quando se compara ao litoral brasileiro. Freire (2003) estabelece o ano de 1850 como marco temporal para a portugalização da Amazônia. Essa data é obviamente uma aproximação, porque antes e depois dela houve tentativas de instalações coloniais através de expedições, aldeamentos e formação de arraiais, fazendas e missões religiosas.

A portugalização da região roraimense tem dois principais marcos. O primeiro é a construção do Forte São Joaquim, em 1775, no entroncamento do rio Uraricoera e Tacutu, conjunção que forma o rio Branco. Apesar do assédio espanhol, inglês e holandês, esse território figurava como português, mas era desconhecido e desprovido de instalações e guarnições que o marcassem como possessão lusitana. Com a construção do Forte, a movimentação de militares e outras expedições se intensificam, propiciando o conhecimento da região, inclusive com a realização de censos; a extração de drogas do sertão, como pescados, salsaparrilha, manteiga de tartaruga etc.; e o surgimento de vários povoados ao longo do rio Branco, o percurso fluvial mais importante que ligava o Forte à cidade de Barcelos e Barra (atual Manaus), respectivas capitais históricas da Capitania de São José do Rio Negro.

O segundo marco da portugalização regional é o surgimento da capital Boa Vista, que começa de um pequeno povoado carmelita, daí seu registro na documentação setecentista como “povoação do Carmo”. Nessa localidade, em 1830, o capitão Inácio Lopes de Magalhaes instala a Fazenda Boa Vista, que se destaca na pecuária e no conseqüente aumento populacional, sendo elevada à categoria de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, em 1858. Sua promoção à Vila Boa Vista do Rio Branco só acontece em 1890 (IFR, 1987).

O primeiro marco implica o estabelecimento efetivo da colonização portuguesa na região e o segundo implica o estabelecimento de uma administração pública local que passa a gerenciar o território e ofertar serviços mais regulares – apesar de ainda escassos e limitados –, tudo isso promovido em língua portuguesa.

No contexto roraimense, a implantação do português teve de concorrer com as línguas europeias, em especial o espanhol e o inglês, afinal eram povos que também cobiçavam essa porção territorial. A concorrência com as línguas indígenas locais era desequilibrada porque, desde o século XVI, a língua portuguesa contava com várias proteções normativas, reforçadas por mecanismos políticos (leis), acadêmico-literários (gramáticas, dicionários, manuais de ortografia e literatura) e institucionais (academias e agremiações literárias), o que, no lado indígena, por exemplo, era nulo, colocando as línguas nativas em desvantagem (PROCÓPIO, 2022). Somam-se a essas proteções normativas, o peso das armas mais avançadas e o grande projeto expansionista, que envolveram a implantação da língua portuguesa.

Inclusive, uma coincidência histórica de implicações linguísticas é a expulsão dos jesuítas do reino e domínios lusitanos, por decreto pombalino de 1759, justo o período em que se efetiva a colonização. Essa expulsão impediu que os jesuítas, que constantemente entravam em conflito com os colonos por denunciar massacres e defender relativas liberdades aos nativos, estivessem em Roraima, onde houve a dizimação e a quase extinção de diversas etnias locais (VIEIRA, 2003). No lugar dos jesuítas, vieram outras ordens religiosas que não possuíam a expertise na descrição gramatical de línguas ameríndias. Dessa forma, a implantação do português no espaço roraimense ocorreu no total silenciamento das línguas nativas, melhor dizendo: essa foi uma política linguística indireta do diretório pombalino.

Nesse cenário de contatos e confrontos linguísticos, o português assume a função de língua franca nas relações com os rivais europeus; no tratamento com os indígenas, que eram aldeados para controle e catequização, incluindo-se a aprendizagem do português; na interação com estrangeiros que vinham em missão religiosa (capuchinhos, franciscanos, carmelitas e beneditinos) ou prospecção comercial ou naturalista, cuja comunicação, conforme registram seus relatos em língua estrangeira, ocorria mediante a língua portuguesa. Mesmo os indígenas, que serviam de guia ou prático aos estrangeiros, dominavam o português em diversos graus de fluidez.

A implantação do português para o extremo norte amazônico coincide com o Diretório pombalino (1755), em cujas diretivas estão a introdução obrigatória da Língua do Príncipe e a reprovação ao uso da língua geral, classificada como “invenção verdadeiramente abominável e diabólica” e “perniciosíssimo abuso” que privavam os indígenas do processo civilizatório.

O estudo da transplantação do português na região Norte exige o desenvolvimento de uma filologia amazônica, cujo propósito é identificar e tratar as fontes documentais primárias para o estudo histórico não apenas do português mas também de outras línguas europeias, afinal há uma grande diversidade de relatos sobre o cenário amazônico, que foram escritos por estrangeiros; bem como das línguas indígenas, pois o pouco que se tem de registro histórico delas estão nessas fontes primárias.

Ademais, o português brasileiro, em especial o amazônico, recebeu muitas contribuições lexicais que vão além do tupi. No campo da toponímia, essas contribuições advêm, em grande parte, das línguas autóctones da região, são elas de origem caribe e aruaque. Para uma descrição toponímica satisfatória, é interessante identificar não apenas o topônimo, mas também sua filogenia e, se possível, sua etimologia (o étimo ou, pelo menos, a motivação). Essa filologia amazônica tem, portanto, um diferencial que é a adoção obrigatória da perspectiva dos contatos linguísticos na busca e no tratamento ecdótico de fontes textuais (PROCÓPIO, 2023).

DESCRIÇÃO FILOLÓGICA DO ‘AUTO DE INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS...’

Um exemplo dessa filologia amazônica é a pesquisa com o ‘Auto de inquirição de testemunhas para justificação da posse e domínio do Rio Branco pela Coroa de Portugal’, escrito em 1775 pelo coronel da Guarda Nacional Joaquim Tinoco Valente, de nacionalidade portuguesa, e disponível na Biblioteca Digital Luso-Brasileira³. O códice integra a juntada de provas apresentadas pelo Comitê Diplomática do Brasil ao rei italiano Vitorio Emanuel II, que atuou como árbitro internacional da Questão do Pirara - disputa territorial entre Inglaterra e Portugal, e Brasil no pós-independência.

O ‘Auto de Inquirição’ é um registro monotestemunhal de oitavas realizadas por autoridades portuguesas, em Barcelos, capital da então capitania de São José do Rio Negro, região que compreende o atual estado do Amazonas. Todos os interrogados são indígenas, oriundos do Pará, Maranhão, São José do Rio Negro (Barcelos, Carvoeiro e Rio Branco); falam seus nomes e idades, e desde quando têm notícia da posse e domínio português da porção norte da Capitania.

³ Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27424>

A edição do “Auto de Inquirição...” tem duas etapas. A primeira consiste na transcrição não literal, que desconsidera alguns elementos gráficos, como frisos, ligaduras e nexos contínuos ou semicontínuos, e abreviaturas, cujo registro ocorreu já na forma desenvolvida. Essa etapa recebe o rótulo de edição paleográfica ou semipaleográfica, em que há intervenções mínimas, limitadas mais ao âmbito gráfico (CAMBRAIA, 2005).

A segunda etapa consiste na regularização das vacilações gráficas e grafemáticas, e na padronização da configuração textual, operações não generalizadas, afinal não se trata de uma edição modernizada, mas interpretativa (CAMBRAIA, 2005), que tem o propósito de apresentar o texto numa estética mais atual e agradável à leitura.

As adequações no âmbito gráfico são estas:

1. regularização do uso de maiúsculas e minúsculas;
2. manutenção da grafia original em nomes próprios;
3. redução gráfica de CC (*occidentā*), CH (*archivo*), FF (*difficulte*), GN (*assignou*), LL (*intelligencia*, *aquelle*) MM (*commerciando*), NN (*anno*) PT (*septentrional*, *escriptas*) e TT (*remetter*);
4. redução do grupo consonantal culto TH (*catholica*, *contheudo*) e CH (*Christo*);
5. eliminação de H etimológico e pseudoetimológico (*hespanhoes*/espanhoís, *hum*/um, *ahinda*/ainda, *hũa*/uma, *extrahir*/extrair, *herão*/eram, *he*/é); e
6. regularização das fricativas alveolares Z/S (*portuguezes*/portugueses, *baze*/base, *Pariz*/Paris, *dezalojar*/desalojar), C/S (*imencidade*/imensidade) e Ç/SS (*expreço*/expresso), e palatal X/CH (*petrexos*/petrechos)

As adequações no âmbito grafêmico são estas:

1. regularização das metáteses (*proguitado* para perguntado, *pertendem* para pretendem; *pertendo* para pretendo);
2. modernização grafofonética (*rodeão* para rodeiam – inserção vocálica e atualização da desinência verbal);
3. padronização vocálica U/O (*descubriendo*/descobrimdo), O/U (*subio*/subiu, *despedio*/despediu, *prometeo*/prometeu), E/I (*quaes*/quais), I/E (*escrivi*/escrevi) e OENS/ÔES (*Navegaçoens*/navegações, *sertoens*/sertões);
4. regularização das desinências -ÃO/-AM (*descobrirão*/descobriram – variação morfêmica comum aos tempos do futuro e pretérito);

5. regularização da palatalização verbal (*navegallo/navegá-lo*); e
6. regularização e modernização da acentuação e sinal de crase, porém foi mantida a crase fonéticas (*desdo*, que resulta da junção entre a preposição ‘desde’ e o artigo masculino ‘o’).

As intervenções no âmbito textual são estas:

1. inserção de conectivos faltantes;
2. manutenção da letra ‘y’, apenas em nomes indígenas; e
3. eliminação da última palavra do anverso que se repete total ou parcialmente na primeira linha do verso (“Por chegar a minha notícia, que os espanhóis com maliciosas maxi- {f2}{1} máximas pertendem apossar-se do Rio Branco”).

Algumas dessas flutuações gráficas indicam variações sociolinguísticas da época (por isso, a diferença entre grafia e grafema), porém elas não são de interesse imediato à descrição histórica do português implantado em Roraima, afinal eram portugueses escrevendo sobre a Amazônia, ainda haja muito discurso reportado. O interesse da pesquisa está concentrado no nível lexical porquanto esse é o âmbito linguístico mais afetado numa situação de contato, que, se prolongado, poderá afetar o componente gramatical (MEAKINS, 2013).

O manuscrito apresenta poucas abreviaturas, possivelmente por ter passado por reescrita do próprio escrivão, que deve ter anotado as oitavas e depois redigido a versão final – que pode ser esta ou outra, o que não se sabe, só se tem notícia desta versão.

Na edição interpretativa, todas as abreviaturas aparecem em sua forma extensiva. São elas:

- 2gr → graus
- 50min → 50 minutos
- longit. → longitude
- Fr. → Frei
- Const^{no.} → Constantino
- Vm^{cc.} → Vossa mercê
- S^{n.} → Santos (antropônimo)
- X^{cr.} → Xavier
- Per^{n.} → Pereira
- Ouved^{ra.} → Ouvidoria

- Intend^{ca} → Intendência
- q. → que

Esses ajustes gráficos e grafemáticos são necessários para uma leitura mais fluida, consequentemente para uma identificação mais fácil dos elementos linguísticos. Ademais, esse tipo de ajuste é necessário para o tratamento informático do texto, pois os programas de análise lexical (AntConc, por exemplo) trabalham reconhecendo cada flutuação gráfica de uma mesma palavra como entradas diferentes, o que altera o quantitativo da frequência type. Por esse motivo, a edição interpretativa com esses devidos ajustes é necessária para melhor tratamento informático, como a geração de listas de frequências e concordâncias.

Esses mesmos procedimentos são aplicados a todos os textos que compõem o *Cópus Histórico*, são eles⁴:

1. *Auto de inquirição de testemunhas para justificação da posse e domínio do Rio Branco pela Coroa de Portugal - 1775* e disponível na Biblioteca Digital Luso-Brasileira (24 folhas);
2. *Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa - 1777* e está disponível na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), tomo 13, 1850 (72 folhas);
3. *Descrição Relativa ao Rio Branco e Seu Território - 1787* e disponível na RIHGB, no tomo 24, 1861 (67 folhas);
4. *Breve diário ou memória do Rio Branco e de outros que nele desaguan, conseqüente a diligência e mapa que deste rio se fez - 1781* e disponível na Biblioteca Nacional (13 folhas);
5. *Documentos acerca do Rio Branco* - códice de 285 folhas, que reúne diversos documentos sobre viagens ao Rio Branco e à Capitania do Rio Negro, escritos entre os anos de 1781-1843; a versão manuscrita está disponível na Biblioteca Nacional;

⁴ Já foram editados os documentos 01 (Eliabe Procópio, estágio pós-doutoral); 03 (Daniel Silva Souza, Iniciação Científica/PIBIC); 04 (Jamile Costa Rodrigues, trabalho de conclusão de curso); e 06 (Jéssica Tâmara Silva de Mesquita, dissertação de mestrado).

6. *Diário da viagem que fez à colônia holandesa de Suriname* - 1799, a versão manuscrita está disponível na Biblioteca Nacional e a impressa na RIHGB, no tomo 1º, 1846 (152 folhas); e
7. *Diário do Rio Branco* - 1786 e disponível na Biblioteca Nacional (16 folhas).

DESCRIÇÃO TOPONÍMICA DO ‘AUTO DE INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS...’

A pesquisa sobre a história da implantação do português em Roraima concentra-se no nível lexical. Essa escolha metodológica tem como orientação o fato histórico de que a colonização lusitana no espaço roraimense só tem sua efetivação no século XVIII, em especial na segunda metade, quando da construção do Forte São Joaquim. Esse fato histórico possibilita levantar a hipótese de que o léxico, em particular o toponímico, foi o primeiro nível linguístico afetado pela fase de implantação do português em Roraima foi

Em razão dessa tardia da ocupação portuguesa, demora surgir uma população local que falasse português, os poucos povoados da época eram muito pequenos e compostos basicamente por indígenas, mestiços (uns locais, outros oriundos de outras partes do Brasil colonial) e uns poucos colonos brancos portugueses ou descendentes deles. A povoação do Carmo, da qual se origina Boa Vista, tinha cerca de 215 habitantes, conforme relatório do coronel Lobo D’Almada, em 1787 (TFR, 1987).

A efetivação das investidas coloniais insere os vales do Rio Branco na documentação da administração pública da Capitania do Rio Negro, que são os únicos testemunhos da implantação do português no espaço roraimense. São lusitanas a escrita que neles aparece bem como a configuração textual. É amazônico o conteúdo informacional por trasladar à literatura administrativa os assuntos coloniais através das inúmeras e diversas denominações, objeto de estudo da onomástica.

Esta pesquisa, portanto, descreve justamente o momento em que se implantava a Língua do Príncipe no extremo norte amazônico, e nem sequer havia tido tempo, pessoas e condições políticas para ocorrer um contato linguístico mais prolongado, o que poderia fazer emergir um português com traços linguísticos e gramaticais locais. Nesse transplante linguístico, é o léxico a

testemunha das relações coloniais, é o primeiro nível linguístico afetado pelas condições sociais e históricas.

O estudo lexical desta pesquisa ocorre em três dimensões para identificar:

1. os antropônimos e os etnônimos, o que possibilita verificar quais os indígenas, e suas respectivas etnias (algumas dizimadas), exerciam funções dentro da administração pública, como prático, guia, intérprete, serviçal e militar. Inclusive, o “Auto” apresenta o testemunho de indígenas sobre a ocupação portuguesa. Na oportunidade, o escrivão detalha informações pessoais deles, como idade, nome completo, função e origem étnica;
2. as drogas do sertão, o que possibilita inventariar os nomes dos produtos que eram do interesse dos colonizadores e que não eram encontrados em outras partes da Amazônia portuguesa, bem como arrolar os produtos que eram comercializados para sede da capitania do São José do Rio Negro (1755-1821), correspondente aos atuais estados do Amazonas e Roraima; e
3. os topônimos, o que possibilita historiar a constituição e a manutenção/mudança dos nomes dos lugares pelos povos nativos e pelos europeus que disputavam esse espaço amazônico. Inclusive, alguns relatos vêm acompanhados de mapas com as indicações topográficas.

Este texto seleciona a dimensão dos topônimos por serem verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências (DICK, 1990), índices de que a posse territorial passa necessariamente pela posse do discurso de nomeação, no contexto colonial (PROCÓPIO, 2022), e o resultado discursivo de uma disputa que é ao mesmo tempo bélica, diplomática e comercial. Um exemplo disso é o nome do rio Branco, a maior e principal via e curso fluvial roraimense, com seus quase 600km de extensão. Na documentação setecentista, aparece primeiro o nome lusitano (rio Branco) e em aposição o nome indígena (Queceue), um indicativo de que os dois topônimos coexistiram por um determinado momento. No fim do período setecentista e nos séculos consecutivos, aparece apenas o registro lusitano, uma prova de que a disputa territorial foi vencida por um dos lados.

A presença de apenas um daqueles dois topônimos indica que o período da disputa findou em favor dos portugueses, o que, no plano linguístico, evidencia o fim de uma disputa varietal típica de uma situação colonial de contato: o léxico do colonizador passa a ocupar espaços discursivos que eram dos colonizados.

Esta pesquisa extrai seus dados toponímicos do *Córpus Histórico do Português de Roraima/CHPR* (Séc. XVIII), elaborado por Procópio (2023), do qual faz parte o “Auto de Inquirição...”; e propõe um modelo de ficha lexicográfico-toponímica, que servirá de base para o futuro Glossário da Toponímia Roraimense do Século XVIII, que congregará todos os topônimos coletados nos documentos que compõem o CHPR.

A metodologia consiste na extração dos topônimos presentes no *Córpus Histórico* e circunscritos ao que corresponde ao atual estado de Roraima. Essa etapa não considera a frequência de ocorrência (*token*), basta sua ocorrência única (*type*), afinal o objetivo do Glossário é descrever os nomes de lugares registrados pela administração colonial e conhecer as dinâmicas dos contatos linguísticos que marcam a implantação do português.

O modelo de ficha lexicográfico-toponímica tem como orientação Batista (2011) e Santos (2012), e consta dos seguintes oito campos: 1. topônimo (nome do lugar, que também é a entrada lexical), 2. taxonomia (classificação semântica do nome do lugar), 3. variação gráfica (outras grafias possíveis à época), 4. variação lexical (nome concorrente), 5. variante textual (nome completo ou parte dele mencionado pelo texto), 6. acidente geográfico (irregularidade no nivelamento do solo, como baía, chapada, delta, estreito, ilha, montanha, rio, vale etc.) ou humano (lugar instituído pela ação humana, como vilas, povoados, aldeias, cidades etc.), 7. etimologia (étimo ou origem vocabular) e 8. informação enciclopédica. Adiante está um exemplo de ficha:

Quadro 01: modelo de ficha lexicográfico-toponímica

Topônimo	Rio Branco
Taxonomia	Hidrotopônimo
Variação gráfica	Não tem.
Variação lexical	Quececuene
Forma de menção	O Branco
AG	Rio
Etimologia	‘branco’ vem da cor mais clara das águas em oposição à cor escura do Rio Negro.
Informação enciclopédica	O rio Branco tem águas barrentas que contrastam com as águas pretas do rio Negro, “que nasce na Colômbia recebe

	<p>uma grande quantidade de folhas, arbustos e troncos que vão se dissolvendo. Nesse processo ocorre a liberação dos ácidos húmico e fúlvico que dão tonalidade escura às águas parecendo um chá preto. Outro fator importante é a idade bem avançada do terreno, uma região rochosa de formação geológica muito antiga. Assim, a passagem de suas águas não provoca erosão das margens como ocorre com o Solimões, que possui água barrenta. Fonte: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro/FOIRN virtual, 2021.</p>
--	---

Fonte: os autores

O “Auto de Inquirição...” registra 14 topônimos roraimenses, que são: Rio Branco ou Queceuene, rio Uraricoera, cachoeira do Uraricoera, rio Parima, rio Tacutu, cachoeiras do rio Branco, rio Patrimany, rio Aracá, rio Cayahy, rio Cracirimany, rio Acará, rio Mcayahy, Vila de Moura e Povoação de Carvoeiro (apesar de hoje pertencerem ao estado do Amazonas, os dois últimos eram povoados que serviam de base para entrada no rio Branco, localizando-se na sua foz). A maioria dos topônimos pertence à classe dos hidrotopônimos, o que reflete a preocupação em catalogar e nomear ou renomear as principais (para não dizer: únicas!) vias de acesso ao território. Não é à toa que os textos que falam da ocupação territorial detenham-se minuciosamente na descrição geográfica.

Aparecem também nomes de localidades que hoje pertenceriam ao estado do Amazonas, como Vila de Thomar e Poyares/Boyares, que eram povoados ligados a Barcelos e desapareceram com o tempo (SAMPAIO, 2003); Ilha de Ferro, topônimo que remete às fantasias coloniais (ouro, prata, ferro...) e de localização imprecisa (OLIVEIRA, 2020).

Além do desaparecimento de alguns agrupamentos humanos, como o citado por Sampaio (2003), que podia ocorrer por falência ou descontinuidade de alguma atividade comercial, há também a transitoriedade de alguns lugares instituídos por ação humana, como as aldeias que circundavam o Forte e os arraiais militares, onde acampavam as expedições e tinham como referência algum acidente geográfico - este último caso é o que aparece no “Auto de Inquirição”.

Além desse documento, outros quatro (4 de 7) já foram editados pelo projeto *Cópus Histórico*, cuja análise preliminar possibilita fazer três

constatações: (i) a toponímia documental é basicamente indígena e com referência a acidentes geográficos (rios, lagos, cachoeiras...); (ii) os topônimos lusitanos surgem em substituição aos aborígenes, são menos numéricos do que os indígenas, com os quais podem competir por um momento; e (iii) os topônimos lusitanos surgem para nomear lugar novos, como os povoados que são nomeados por hagiotopônimos (Santa Maria, São Joaquim, São João Batista...), ou para substituir topônimos indígenas, quase sempre os nomes de lugares especiais ao processo colonizatório, a exemplo de Queceuene/Rio Branco.

EDIÇÃO INTERPRETATIVA DO ‘AUTO DE INQUIRIÇÃO’⁵

AUTO DE INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS PARA JUSTIFICAÇÃO DA POSSE E DOMÍNIO DO RIO BRANCO PELA COROA DE PORTUGAL (1775)

{f 1} Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Com o Auto de Inquirição acompanhado desta, satisfação a promessa que a Vossa Excelência fiz na data de 6 de abril do corrente, amostrando pertencer o rio Branco à Sua Magestade Fidelíssima, Nosso Senhor, e não à Sua Magestade Católica, para Vossa Excelência ordenar o que for servido.

Não remeto a cópia ao dito, porque pretendo deliberar com a vontade de Vossa Excelência como expressava na mesma Carta, de que ainda espero resposta.

Deus Guarde a Vossa Excelência

Barcelos a 10 de Junho de 1775

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor João Pereira Caldas e Joaquim Tinoco Valente.

Ouvidoria Geral do Rio Negro, Barcelos, ano de 1775

Auto de Inquirição de Testemunhas para justificação da posse e domínio do Rio Branco pela Coroa de Portugal na forma que adiante se vê.

Escrivão Pereira. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e setenta e cinco anos, aos dezenove dias do mês de abril do dito ano, nesta vila de Barcelos, capital da Capitania de São José do Rio Negro e nas Casas da Residência do Doutor Ouvidor Intendente Geral desta dita Capitania Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio e sendo aí pelo dito ministro, me foi dito

⁵ Por uma questão de espaço, reproduzimos apenas 10 do total de 20 folhas que compõem o documento. Caso o leitor tenha interesse poderá nos solicitar a transcrição completa. Informamos também que o projeto de pesquisa ‘Descrição e História do Português de Roraima’ disponibilizará futuramente a totalidade das transcrições dos textos que compõem o *Cópus Histórico*.

que para haver de se justificar e provar por um modo convincente, digo, modo conveniente a posse e domínio da Carta de Portugal do rio Branco e das mais que nele desaguan; lhe havia o Governador desta Capitania Joaquim Tinoco Valente dirigindo um officio, cujo teor é o seguinte.

Por chegar a minha notícia de que os espanhóis com maliciosas {f2} máximas pretendem apossar-se do rio Branco, onde me consta estar um destacamento de quinze homens e um sargento, guarnecidos de armas e petrechos de guerra, tendo feito algumas casas e roças, o que vem dar demonstração de estabelecimento, e sendo muito importante fazer desalojar aqueles e todos os mais que pretenderem embaraçar os reais domínios de El Rey Nosso Senhor conversando-os sem a perda de um só palmo de terra na forma dos reais mandatos do mesmo senhor.

A vista do ponderado e da sem razão, com que os ditos espanhóis se pretendem intempestivamente apossar estando eu na inteligência de que aquele Rio pertence à Sua Magestade Fidelíssima, e não à Sua Magestade Católica, por ter sido descoberto, e explorado pelos portuguezes: para que no dilatado tempo se não dificulte esta prova: ordeno a Vossa Mercê proceda a um sumário de testemunhas, inquirindo as pessoas do Capitão Francisco Xavier de Moraes, o Capitão Francisco Xavier de Andrade, Capitão João Nobre da Silva, Capitão Paulino da Silva Rego, Capitão Constantino Dutra, Mathias da Costa Curvelo, o Piloto Balthazer dos Reis, o Principal Theodosio, e os mais que Vossa mercê entender podem dizer a este respeito, para que fique autenticada a nossa justiça, mandando tirar uma cópia do mesmo sumário, para que um dos Instrumentos se conserve no Arquivo da Câmara desta Capital, outro no da Secretaria desta Capitania, e outro para se remeter ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General do Estado = Deos Guarde a Vossa mercê Barcelos a sete de Abril de mil setecentos e setenta e cinco = Joaquim Tinoco Valente = Senhor Doutor Ouvidor Intendente Geral desta Capitania = E para haver de proceder a mesma justificação, fez o mesmo Ministro juntar a Memória que adiante se segue {f 3} por ele assinada para servir a Base a mesma justificação e depoimento das testemunhas, e para todo formalizar, mandou fazer este Auto que assinou. E eu Pedro José Pereira Escrivão da Ouvidoria Intendência Geral que o escrevi = Sampaio.

Memória

Logo que os portuguezes, há mais de um século, descobriram o Rio Negro, e entraram a navegá-lo descobrindo e navegando igualmente os mais Rios, que nele desaguan Foi muito principalmente um destes o Rio Branco, chamado antecedentemente, Queceuene, e Paraviana, o qual desemboca no

Negro pela sua margem Setentrional na altura do Polo Sul de 2 graus e 50 minutos; e em 314 graus de longitude do Meridiano da Ilha de Ferro, ou de 4 do ocidental do Meridiano do observatório de Paris.

No dito Rio Branco, subiram os portugueses, navegando e comerciando por ele, entrando no seu braço ocidental, chamado Uraricoera que é o Franco principal deste Rio, e que toma este nome depois que a ele se fizerão adiantadas navegações desde o princípio deste século até o ano de 1736 pelo Capitão Francisco Ferreira do Pará. Mas no dito ano, entrou naquele Rio com uma escolta, Christovão Aires Botelho, natural do Maranhão, acompanhando-o o Principal Donaire.

No de 1760, subiu por ele acima uma bandeira, comandada por Francisco Xavier de Andrade, um dos cabos da expedição, comandada por Lourenço Belfort, que estabeleceu o seu arraial em pouca distância da cachoeira do mesmo Uraricoera, {f 4} donde despediu escoltas, que chegaram a andar dois meses de viagem à margem daquele Rio por ele acima de tal forma que se lhe acabaram os extensos campos que rodeiam este Rio. Seguiu-se logo depois desta entrada a que mandou fazer ao mesmo Rio Branco, José Miguel Aires: E tanto este como Lourenço Belfort foram mandados pelo Governador Capitão General do Pará João de Abreu de Castelo Branco.

Não somente no tempo antecedente as nomeadas épocas, navegaram os portugueses o mesmo rio Branco, porém depois continuaram anualmente a extrair dele drogas, a fazer pescarias, e outros comércios, que lhes eram convenientes: E no ano de 1766, subiu por ele o Alferes José Agostinho Diniz com uma escolta militar, mandado pelo Governador desta Capitania, Joaquim Tinoco Valente, para guardar e observar o mesmo Rio.

O dito Rio Branco, com todos os que nele desaguam, (um dos quais é o Parima) foi sempre tido, e reconhecido no Domínio de Portugal: Domínio incontestavelmente fundado no Direito de Invenção, ocupação, e Posse, que do mesmo tomaram os portugueses por próprios, legítimos, e reiterados Atos, em que afirmarão, há mais de século, e de tempo imemoriável sem contradição alguma; e muito menos de Espanha, que sempre se conteve nos Limites do Orinoco, que nem ainda todo conhecia no referido ano de 1736, em que os portugueses já navegavam o rio Branco havia mais de 40 anos; pois que em 1766, foi a primeira vez que castelhanos tiveram notícia da parte superior do Orinoco, chamada Paraná: E assim muitos menos a podiam ter dos Rios, que lhe ficam em remotíssima distância. Mas não somente descobriram, e senhorearam os portugueses o mencionado Uraricoera ou Tronco {f 5} do Rio Branco, mas também o braço Tacutu, pelo qual navegaram entrando noutros

Rios, que no mesmo desaguardam; de sorte que por este Rio sustentou muitos anos comércio com os holandeses pelos anos de 1720 e seguintes Fr. Jerônimo Coelho, Religioso Carmelita e Missionário da Aldeia de Tarumá; e anteriormente ao dito ano se tinham no mesmo Rio feito descobrimento pelos índios da sujeição portuguesa, mandados expressamente ao sobredito fim.

Por onde se conhece que o mesmo Tacutú está com indispensável, e bem fundado Direito no Domínio da Coroa de Portugal, como descoberto, e ocupado pela mesma, continuando desde tempo imemorial a sua posse sem contradição alguma das Nações vizinhas, como são os holandeses, que não passam do rio Essiquibe, e Rupononi. Barcelos a 18 de Abril de 1775.

Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio

Assentada

Aos dezenove dias do mês de abril de mil setecentos e setenta e cinco anos nesta Vila de Barcelos, capital da Capitania de São José do Rio Negro nas casas da residência do Doutor Ouvidor Intendente Geral desta sobredita capitania Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio ai por ele dito Ministro foram chamadas as testemunhas abaixo declaradas, escritas e assinadas cujos nomes ditos idades e costumes são a que ao diante se seguem de que fez este termo eu Pedro José Pereira Escrivão da Ouvidoria Intendência Geral que o escrevi.

1^a Francisco Xavier Mendes de Moraes Capitão de Infantaria Auxiliar nesta Capitania de São José do Rio Negro de idade que disse ser de sessenta {6} e cinco anos pouco mais ou menos Testemunha jurada aos Santos Evangelhos em que pôs sua mão direita e prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado.

E sendo perguntado ele testemunha pelo conteúdo no Auto atrás declarado disse que ele testemunha veio ao Rio Negro em companhia de seu irmão Belchior Mendes de Moraes, Comandante de uma tropa que ao mesmo expediu o Governador Capitão General do Pará João da Maya da Gama no ano de mil setecentos e vinte e cinco, e então conheceu e observou ele testemunha por ser uma coisa notória e pública o achar-se descoberto já a muitos anos e navegado pelos portugueses com posse e Domínio o Rio Branco chamado pelos índios Queceuene, e Paraviana o qual desagua na margem setentrional do Rio Negro defronte da Povoação de Carvoeiro chamada antigamente Aracary: porque ele falou muitas vezes com o Capitão Francisco Ferreira, natural do Pará, o que fez contínuas entradas ao mesmo Rio Branco logo imediatamente o descobrimento do Rio Negro de sorte que no dito ano de mil setecentos e vinte e cinco conheceu ele testemunha ao dito Capitão já em estado velho, e o mesmo capitão Francisco Ferreira contara a ele testemunha muito mimamente

as entradas que fizera àquele Rio navegando, e comerciando não só pelo franco principal chamado Uraricoera, mas também pelo Rio Tacutú e por todos os mais que desaguam neles que são vários e descobrindo as grandes Campinas que rodeiam estes Rios, de sorte que descera o dito Capitão imensidade de gentio para as nossas povoações do Rio Negro principalmente para a dita de Aracary que ainda hoje existem alguns dos ditos índios descidos: que também {f 7} sabia ele testemunha pelo ver, conhecer, e presenciar a expedição que ao mesmo Rio Branco fez no ano de mil setecentos e trinta e seis Christovão Ayres Botelho, natural do Maranhão e sobrinho dele, testemunha em companhia do Principal Donari, subindo muito acima das Cachoeiras do Rio Branco em resgate de índios, que n'aquele tempo era lícito: Que no ano de mil setecentos e quarenta entrara no mesmo Rio Branco uma bandeira comandada por Francisco Xavier de Andrade, sobrinho dele, testemunha no qual tempo se achava também ele testemunha no Rio Negro entrando no corpo da escolta principal que governava Lourenço Belforte: e então conheceu ele testemunha que a mesma bandeira comandada pelo dito seu sobrinho subindo ao Rio Branco entrara pelo braço Uraricoera fazendo Arraial em pouca distância da Cachoeira do mesmo Uraricoera e dali expediu dois corpos de gente as margens do mesmo Rio que subiram por ele acima dois meses de viagem como tudo era notório e o contaram publicamente a eles testemunha toda a gente daquela escolta: Que depois continuaram sempre as expedições pelo Rio Branco fazendo-se entradas pelos portugueses em todos os mais que nele desaguam; de sorte que depois da dita expedição de Lourenço Belforte se seguiu logo a que comandou José Miguel Ayres que mandou fazer uma entrada ao dito Rio Branco, e na dita ocasião foi também Sebastião Valente, natural da Vila de Camutá, com um corpo separado a resgatar também índios; e que dali por diante forão sempre continuando as entradas daquele rio até a que fez no ano de mil setecentos e sessenta e seis o Alferes José Agostinho Diniz por ordem do Governador desta Capitania Joaquim {f 8} Tinoco Valente, continuando sempre depois também o extraírem-se do mesmo Rio as drogas que produzem as suas margens e campos, e a fazerem-se pescarias nele: Sendo certo que sempre este Rio Branco com todos os que nele desaguam, foi sempre tido havido e reconhecido no domínio de Portugal desde tempo imemorial, e isto sem contradição alguma e muito menos dos castelhanos que nunca tiveram notícia de tal rio, pois que nem ainda o mesmo Rio Negro conheciam antes do ano de mil setecentos e quarenta e quatro em que alcançaram notícia dele.

Disse mais que quanto ao Rio Tacutú sempre igualmente fora descoberto e navegado pelos portugueses de sorte que ele testemunha observou o comércio

que com os holandeses faziam por meio daquele Rio Fr. Jerônimo Coelho, religioso carmelita e missionário de Aldeia de Tarumá, que ao depois se mandou para o lugar que hoje chamam de Ayrão: E que o mesmo Tacutú sempre fora semelhantemente reconhecido no domíno da Coroa de Portugal por ter sido descoberto e ocupado pelos portugueses desde tempo imemorial sem contradição alguma dos holandeses que nunca passaram do Rio Essiquibe e Repononi que correm para o Norte a desaguar no mar. E mais não disse sobre o dito Auto e memória a ele junta que todo lhe foi lido e declarado de que assinou com o dito Ministro, e seu Pedro José Pereira, Escrivão da Ouvidoria Intendência Geral que o escrevi. Sampaio = Francisco Xavier de Moraes

2ª Sancho de Oliveira, índio morador desta Vila do Barcelos, de idade que mostrava ser de sessenta e cinco anos pouco mais ou menos testemunha jurada aos Santos Evangelhos em que pôs sua {9} mão direita e prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado.

E sendo perguntado, ele testemunha pelo conteúdo no Auto e Memória a ele junto que tudo lhe foi lido e declarado, disse que tudo o que se continha na Memória que lhe foi lida era verdade por ele testemunha o ver e conhecer e ser notório neste Rio Negro donde ele testemunha é natural, que os portugueses descobriram o Rio Branco de que se trata que sempre navegaram comerciando por ele nas drogas que produz: E que na expedição que ao mesmo Rio Branco se fez de que foi Cabo Francisco Xavier de Andrade assistindo nesta Vila Principal Romão de Oliveira subindo nessa ocasião pelo braço do Rio Branco chamado Uraricoera mais de um mês andando pelas campinas a margem do dito Rio a parte direita indo por ele acima: E mais não disse sendo que tudo lhe foi perguntado por ele dito Doutor Ouvidor Intendente Geral com quem assinou com uma cruz de que eu Escrivão dou fé, e eu Pedro José Pereira Escrivão da Ouvidoria Intendência Geral que o escrevi = Sampaio. = De Paulo de Oliveira estava uma cruz.

3ª O Principal Theodosio José dos Santos, desta Vila de Barcelos, de idade que mostrava ser de cinquenta e três anos, pouco mais ou menos, testemunha jurada aos Santos Evangelhos em que pôs sua mão direita e prometeu dizer a verdade do que soubesse e ele fosse perguntado.

E sendo perguntado, ele testemunha pelo conteúdo no Auto e Memória a ele junto que tudo lhe {10} foi lido e aclarado, disse que tudo o que continha a mesma Memória era verdadeiro e certo, pois que ele testemunha sempre conhecera e era notório que o Rio Branco, chamado pelos índios Queceuene e também Paraviana fora do domínio da Coroa de Portugal por ter sido

descoberto, navegado e senhoreado pelos portugueses desde o tempo que se descobriu o Rio Negro em que logo entraram ao mesmo a descobrir igualmente os Rios que nele desaguam; continuando sempre a contrair os gêneros que produzem nas margens: E que na bandeira que ao mesmo Rio foi comandada por Francisco Xavier de Andrade, assistente nesta Vila, andou ele testemunha na companhia da mesma a qual subindo pelo mesmo Rio Branco acima entrando pelo braço chamado Uraricoera depois que estabeleceu o seu Arraial despedindo-se vários corpos às margens do Rio entrou ele testemunha no corpo que seguiu à esquerda indo para cima que iam procurar o gentio saporá e outros; indo por cabo deste corpo Domingos Lopes e por seus companheiros Francisco Rodrigues, Manoel Pires, todos homens brancos, e juntamente o Principal Ajurabana, o Sargento-mor Miguel, o Abalizado Arubayava todos do lugar do Poyares do distrito desta Vila, e o Principal Faustino Cabral, e o Principal Camandro desta Vila, e o Principal Assenço, da Vila de Moura:

E nesta ocasião, subiram pelas campinas mais de mês e meio de viagem até que as mesmas campinas se acabaram e entraram em matas; chegando às cabeceiras do Rio Patrimany e até a altura pouco distante das cabeceiras do Rio Aracá; e chegaram a sair a Cayahy que desemboca no dito Uraricoera muito acima que {f 11} [...]

CONCLUSÃO

Esta pesquisa apresenta um exemplo da condução teórico-metodológica do projeto de pesquisa “Descrição e História do Português de Roraima (PVO546-2023)”, que se orienta pelos conceitos transplante linguístico e portugalização, na perspectiva dos contatos linguísticos; e se apoia na técnica filológica da edição de texto (transcrição e padronização gráfica e textual) para elaboração de sua coletânea textual, e conseqüente tratamento informático.

Ainda no plano teórico, enverada pelos estudos toponímicos para demonstrar que a implantação do português no espaço roraimense influenciou principalmente na inserção (e conseqüente manutenção) de topônimos oriundos de línguas nativas na língua do colonizador. O indígena conhecia o território, o branco não. Ele modifica apenas a toponímia que mais lhe interessa ou simboliza o processo da possessão lusitana.

O desenvolvimento desta pesquisa é uma possibilidade de conhecer mais esse processo da implantação linguística e sistematizar todas essas informações

em forma de produtos lexicográficos, como o glossário histórico da toponímia roraimense, que se encontra em processo de elaboração.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Patrícia de Oliveira. **A toponímia cearense em documentos do século XIX**. 144f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. Edições Arquivos do Estado de São Paulo, 1990.

FREIRE, José R. B. **Da Língua Geral ao Português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia**. 239f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

MEAKINS, F. Mixed Languages. In: MATRAS, Yaron; BAKKER, Petter. **Contact languages**. Berlin : Mouton de Gruyter, 2013. p. 159-228.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. As amazonas do novo mundo: análise das fontes literárias e iconográficas dos séculos XVI e XVII. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Uberlândia, Vol. 17, n. 1, p. 243-262, 2020.

PROCÓPIO, Eliabe. Constituição de um corpus para o português de Roraima (Séc. XVIII). **Revista do GELNE**, Natal, v. 25, p. 1-13, 2023.

PROCÓPIO, Eliabe. Contato linguístico na configuração do português de Roraima (Séc. XVIII). In: ROCHA, Celeste Maria da; SANCHES, Romário Duarte. (Org.). **Linguística na Amazônia: descrição, diversidade e ensino**. 1ed. Rio Branco: NEPAN, 2022, v. 2, p. 11-22.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Cidades desaparecidas na Amazônia Portuguesa. Poiares, séculos XVIII e XIX. **História Social**, Campinas, v. 10, p. 73-99, 2003.

SANTOS, Cezar Alexandre Neri. **De Cirigype a Sergipe Del Rey: os topônimos nas cartas de sesmarias (1594-1623)**. 192f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2012.



TFR/Território Federal de Roraima. **Série Monográfica - Município de Boa Vista**. Boa Vista-RR: TRF, 1987. 124f.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra - 1777 a 1980**. 285f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

Recebido em 01-02-2024.

Aprovado em 16-05-2024